

CONCURSOS

XXXVIII CONCURSO PARA INGRESSO À CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO/RS (1994) — PROVA PREAMBULAR E GABARITO

INSTRUÇÕES GERAIS

1. Preencha, apenas, a parte inferior da folha de respostas com os dados de identificação.
2. Não olhe para os lados e nem formule qualquer espécie de pergunta relativa às questões. Após as instruções fornecidas anteriormente ao início da realização da prova, nada mais será respondido.
3. Responda às questões formuladas, preenchendo as grades, sem rasurar.
4. Não utilize qualquer espécie de material para consulta.
5. Não deixe de assinar a lista de presenças.
6. A prova tem a duração de seis horas.

PROVA DE PORTUGUÊS

1. Marque a opção em que uma das palavras apresenta erro de divisão silábica.
 - a) de-va-nei-os so-bre-vo-am
 - b) ca-pi-tais pro-pí-cios
 - c) des-ar-mô-ni-co dis-tor-ções
 - d) ads-tri-to subs-cre-vi-am
2. Marque a opção em que há erro por falta ou emprego indevido de acento gráfico.
 - a) Trajava um biquíni reduzidíssimo.
 - b) Devem puní-los exemplarmente.
 - c) Comprou um terno de brim cáqui.
 - d) O folheto foi editado em caracteres itálicos.
3. Marque a opção em que as duas palavras exigem acento gráfico.
 - a) prejuízos apoiem
 - b) constituinte estímulos

- c) esporadicamente excêntricos
- d) harens gratuito

4. Marque a opção em que há erro por falta ou emprego indevido de trema.

- a) Averigüemos as falhas.
- b) Fico agradecido aos que me distinguiram com sua presença.
- c) O orador adequou o provérbio à ocasião.
- d) Viajo freqüentemente.

Nas questões 5, 6, 7 e 8, marque a opção em que há palavra grafada incorretamente.

5.

- a) Sua embriaguês é habitual.
- b) Pretendes catequizar-me?
- c) Requereu a excussão dos bens da sociedade.
- d) Escusaram-no do trabalho.

6.

- a) O texto está eivado de expressões espúrias.
- b) As provocações extravazaram-lhe a bile.
- c) Estenderam-lhe uma cédula de cem cruzeiros reais.
- d) À passagem do pesado veículo, toda a casa estremeceu.

7.

- a) Deveriam prender esses facínoras.
- b) Os derrotados contestaram o resultado das eleições.
- c) Por onde passava, a moça dispndia encanto e graça.
- d) O piloto acidentado continuava inconsciente.

8.

- a) Cobraram-nos juro extorsivos.
- b) Deveremos redimensionar nossos gastos.
- c) O jovem não escondia suas tendências transexuais.
- d) Trata-se de um verdadeiro disperfício de talentos.

Nas questões 9 e 10, marque a opção em que há palavra ou expressão grafada ou empregada incorretamente.

9.

- a) Alguns deputados legisferam em causa própria.
- b) À medida que subfamos a serra, a temperatura ficava mais baixa.
- c) A inflação prejudica sobretudo os assalariados, na medida em que o aumento do salário não acompanha a subida dos preços.
- d) Tacharam de imprestável seu trabalho.

10.

- a) Malgrado todo o empenho, perdeu a questão.
- b) Abotou a camisa, senão será advertido pelo fiscal.
- c) Por que teimas? Será porque não queres reconhecer teu erro?
- d) Sei que tenho razão. Daí porque teime.

11. Marque a opção em que a palavra não tem a significação que lhe está indicada.

- a) estrato = camada
- b) intermitente = descontínuo
- c) diuturno = que se faz ou sucede durante o dia
- d) latente = oculto

Nas questões 12 e 13, marque a opção em que a forma abreviada apresenta incorreção.

12.

- a) Tribunais Regionais Federais = TRFs
- b) Digníssimo = DD.
- c) 35 quilômetros = 35 kms.
- d) 11 horas e 15 minutos = 11h15min

13.

- a) 40 quilogramas = 40 kg
- b) folha 59 = fl. 59
- c) isto é = i. é
- d) página 52 = pg. 52

14. Marque a opção em que há erro por emprego indevido de inicial maiúscula ou minúscula.

- a) Moravam na rua Duque de Caxias, 314.
- b) Dirigi-me ao Meritíssimo Juiz de Direito.
- c) O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais.
- d) O rio Amazonas deságua no oceano Atlântico.

Nas questões 15 e 16, marque a opção em que há erro por falta ou emprego indevido de hífen.

15.

- a) comunidade rio-grandense
- b) normas infra-constitucionais
- c) tratamento antiinfecçioso
- d) subprogramas regionais

16.

- a) acordo extra-judicial
- b) matérias-primas raras
- c) Advocacia-Geral da União
- d) diploma retroreferido

Nas questões 17 e 18, marque a opção em que ocorre erro de flexão nominal.

17.

- a) conflitos argentino-bolivianos
- b) cidadãos integérrimos
- c) lesões seríssimas
- d) anelzinhos de prata

18.

- a) psicose maníaco-depressiva
- b) cânceres benignos
- c) livre-docentes estáveis
- d) depoimentos inverossímeis

19. Marque a opção em que há erro por emprego concomitante dos tratamentos *tu e você*.

- a) Põe amor em tudo que fizeres.
- b) Diga sempre a verdade, mesmo que isso te acarrete dissabores.
- c) Sê autêntico no teu modo de agir.
- d) Tem paciência: tua vez está por chegar.

20. Marque a opção em que há forma verbal incorreta.

- a) A Brigada Militar já havia intervido em outros conflitos.
- b) Esse diploma legal ainda está vigendo.
- c) É preciso que sofreemos nossos instintos.
- d) O Ministro da Fazenda argüiu os comerciantes de irresponsáveis.

21. Marque a opção em que a forma verbal, correspondente à terceira pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo, apresenta incorreção.

- a) (precaver) = precaviu
- b) (reconvir) = reconveio
- c) (prover) = proveu
- d) (sobrestar) = sobresteve

22. Marque a opção em que a forma verbal, correspondente à primeira pessoa do plural do futuro do subjuntivo, apresenta incorreção.

- a) (prever) = previrmos
- b) (expor) = expormos
- c) (intervir) = interviemos
- d) (suster) = sustivermos

23. Marque a opção em que a forma verbal plural está incorreta.

- a) ele tem = eles têm
- b) ele obstrui = eles obstruem
- c) ele provém = eles provêem
- d) ele sobrepõe = eles sobrepõem

24. Marque a opção em que a oração não se encontra na voz passiva.
- a) Devem-se observar as reações do paciente.
 - b) Estão analisando os resultados da necropsia.
 - c) Têm sido colhidos excelentes resultados.
 - d) Têm-se colhido excelentes resultados.

25. Marque a opção em que o termo em destaque não exerce a função sintática de sujeito.

- a) Para que serve *esse aparelho*?
- b) Como anda *sua saúde*?
- c) Havia *muita neblina* na serra.
- d) Resta ao favelado *a compra de um barraco*.

26. Marque a opção em que a função sintática do termo em destaque está indicada incorretamente.

- a) Felicite-me, pois fui aprovado. (objeto direto)
- b) Faltam-lhe conhecimentos; sobra-lhe, porém, *simpatia*. (sujeito)
- c) Dissolvida a *sociedade*, procedeu-se à liquidação de seu patrimônio. (sujeito)
- d) A refinação *do petróleo* constitui monopólio da União. (objeto indireto)

27. Marque a opção em que a conjugação ou locução conjuntiva em destaque está classificada incorretamente.

- a) *Ao menos que* ocorra algum imprevisto, estarei em Lajes ao meio-dia e meia. (subordinativa condicional)
- b) *Posto que* estivessem muito cansados, resolveram prosseguir a viagem. (subordinativa concessiva)
- c) Deus pôs o prazer tão próximo da dor, *que*, muitas vezes, se chora de alegria. (subordinativa comparativa)
- d) Não está a felicidade em viver muito, *senão* em viver bem. (coordenativa adversativa)

Nas questões 28 e 29, marque a opção em que ocorre erro de concordância nominal.

28.

- a) Em sua tese há provas bastantes de seus conhecimentos.
- b) Tais fatos me calaram fundo.
- c) As duas candidatas tiveram reconhecidos seus direitos de inscrição no concurso.
- d) Deveria estar incluso no contrato a cláusula que pedi.

29.

- a) Aqui deixo consignado meus agradecimentos aos nobres colegas.
- b) Há preceitos constitucionais que se executam por si sós.
- c) Dados os requintes de crueldade com que agiu, o réu foi condenado à pena máxima.
- d) Maçã é bom para o estômago.

Nas questões 30, 31, 32 e 33, marque a opção em que ocorre erro de concordância verbal.

30.

- a) Haveriam de surgir outras oportunidades.
- b) Nunca lhe haviam ocorrido tais pensamentos.
- c) Graças a Deus, aqui não costumam haver assaltos.
- d) Houveram-no por doido; por isso não lhe deram atenção.

31.

- a) Aqui não se acredita em boatos.
- b) As condições propostas pelo corretor não convinha ao comprador do imóvel.
- c) Pensava estarem as testemunhas dentro da sala de audiências.
- d) Nesta esquina acontecem acidentes gravíssimos. Haja vista o de ontem.

32.

- a) Àquela hora, no centro, sempre se assistiam a cenas de violência.
- b) Partira de São Paulo havia duas horas.
- c) Foi necessário remover muitos obstáculos.
- d) Não havia condições para uma interpelação mais contundente.

33.

- a) As condições de nossas estradas são precaríssimas, devendo ser tomadas providências imediatas.
- b) Somente desistirei quando se esgotarem os últimos recursos.
- c) Os jovens, disse ele, temos um modo diferente de encarar a vida.
- d) São dificuldades que nos cabem contornar.

Nas questões 34 e 35 marque a opção em que ocorre erro de regência verbal.

34.

- a) Já lhes cientificamos de que o prazo se esgotou.
- b) O depoimento da testemunha corroborou as alegações do réu.
- c) Há quem prefira uma longa demanda a um bom acordo.
- d) Dom Pedro contava oito anos de reinado nessa época.

35.

- a) Aceite um abraço de quem muito lhe quer.
- b) Adverti-o de que perderia a demanda.
- c) Sugiro que se oficie ao Procurador-Geral de Justiça.
- d) Não obteve o emprego, por mais que o aspirasse.

Nas questões 36 e 37, marque a opção em que há erro por falta ou emprego indevido de sinal de crase.

36.

- a) Não me submeterei a uma exigência dessas.
- b) O caju é uma fruta à qual muito devem os nordestinos.

- c) Adiaram a assembléia para às 20 horas.
- d) Foi imediata minha repulsa àquele atentado.

37.

- a) A lei atual é preferível à que está em votação.
- b) Com essa decisão, os funcionários deverão voltar à suas atividades.
- c) O apelante confessou o roubo perante a autoridade policial.
- d) O fundamento do apelo visa, exatamente, a essa pena aplicada.

38. Marque a opção em que há erro relativo ao emprego de pronome.

- a) O advogado trouxe consigo as testemunhas.
- b) Havia chegado o momento propício para eu replicar.
- c) O xadrez é um jogo cujas as regras nunca pude aprender.
- d) O Brasil e Portugal falam a mesma língua: aquele, na América; este, na Europa.

39. Marque a opção em que há erro de colocação pronominal.

- a) O feitiço está-se voltando contra o feiticeiro.
- b) O réu tinha-se conformado com a sentença.
- c) Hoje, limitar-nos-emos a um exame rápido da matéria.
- d) Pediria-lhes a gentileza de não se ausentarem desta sala.

40. Marque a opção em que há erro por falta ou emprego indevido de vírgula.

- a) O réu está incurso nas sanções do art. 157, § 2.º, inc. II do Código Penal.
- b) Os responsáveis por essa embaraçosa situação deverão arcar com as conseqüências.
- c) No apelo, o réu indicou as alíneas *b*, *c* e *d* do inc. III do art. 593 do Código de Processo Penal.
- d) Saliente-se que a defesa já obtivera a nulidade de anterior interrogatório do réu.

PROVA DE CONHECIMENTOS JURÍDICOS

NAS QUESTÕES 1 A 5, ASSINALE A ASSERTIVA CORRETA:

1.

- a) A lei nova discriminante, além de extinguir o crime, também afasta a execução e os efeitos penais e cíveis da sentença condenatória.
- b) A sentença condenatória penal, uma vez publicada, torna de logo o réu culpado, afastando-lhe a presunção constitucional de inocência.
- c) A lei excepcional e a temporária são sempre ultra-ativas, pois aplicáveis aos casos cometidos em sua vigência, mesmo após sua auto-revogação.
- d) Perante o ordenamento jurídico brasileiro, a pena de morte é vedada em qualquer circunstância, sem exceção.

2.

- a) Quando o agente pratica mais de um crime, em condutas diversas, e vier a ser condenado por eles, ser-lhe-á imposta apenas a maior das penas privativas de liberdade cominadas, aumentada de um sexto até metade.
- b) Em caso de concurso formal de crimes, desde que eles resultem de conduta dolosa e desígnios autônomos, as penas aplicam-se cumulativamente.
- c) Quando vários crimes constituem figura típica continuada, mesmo que cometidos contra vítimas diferentes e com violência ou grave ameaça à pessoa, não poderá o juiz aumentar em até o triplo a pena aplicada.
- d) Se *A* atira em *B* para matá-lo, mas, por erro na execução, atinge e mata *C*, de quem *A* era irmão, o agente responderá pelo crime de homicídio com a agravante “contra irmão”.

3.

- a) A pena privativa de liberdade, inferior ou igual a dois anos, pode ter sua execução suspensa condicionalmente, por dois a quatro anos, mesmo que o condenado seja reincidente em crime doloso.
- b) Se ao condenado for imposta pena privativa de liberdade igual ou superior a dois anos, poderá o juiz conceder-lhe livramento condicional, desde que tenha cumprido mais de um terço da pena, tenha bons antecedentes e não seja reincidente em crime doloso.
- c) A sentença penal condenatória, uma vez passada em julgado, permite a responsabilização do condenado pelo dano, mas não faz certa tal obrigação indenizatória, que pode ser discutida no cível.
- d) Na aplicação das medidas de segurança, vige o sistema do duplo binário (pena mais medida de segurança) e não o sistema vicariante (pena ou medida de segurança).

4.

- a) *A* arma-se e vai em busca de *B*, seu desafeto, para matá-lo. Ao encontrá-lo, aponta-lhe o revólver municiado, mas não atira, abandonando voluntariamente o intento. *A* responderá por tentativa de homicídio.
- b) *A*, usando um revólver municiado com seis balas, desfere-lhe dois tiros e pára, voluntariamente, de atirar, embora podendo prosseguir. Resultaram lesões graves em *B*. *A* responderá por tentativa de homicídio.
- c) *A* desfere um golpe de faca em *B* para matá-lo, ferindo-o gravemente no tórax, mas *A* é seguro quando tenta novos golpes. A vítima é prontamente atendida em hospital e salva. *A* responde por lesões corporais graves.
- d) *Ana* praticou manobras abortivas em *Beti*, mas no útero atingido havia um fibroma e não um feto. *Ana* não responde por crime de aborto tentado.

5.

- a) A ateou fogo em prédio para receber seguro. Para poder escapar do fogo que o ameaçava, matou vigia. A não agiu em estado de necessidade.
- b) B briga com C, resultando lesões recíprocas. Ambos, entendendo ter agido para repelir agressão atual e injusta, alegam legítima defesa real. É possível ocorrer legítima defesa real contra legítima defesa real a beneficiar os dois.
- c) Para que uma conduta típica, ilícita e voluntária acarrete para o agente a culpabilidade, basta que ele seja imputável e tenha agido com potencial consciência da ilicitude.
- d) D, agindo sob coação irresistível, subtraiu para o coator o automóvel de E. Ambos, coator e coacto, incidem nas penas do furto qualificado por concurso de agentes, com atenuação da pena para D.

Nas questões 6 a 10, assinale a assertiva incorreta:

6.

- a) A individualização da pena constitui, para o apenado, garantia legal, de base constitucional, cuja inobservância gera nulidade da sentença, em sua parte dispositiva, segundo uma orientação jurisprudencial.
- b) A fixação da pena, segundo o Código Penal, deve ser feita em três fases, nesta ordem: 1.ª) pena-base; 2.ª) atenuantes e agravantes; 3.ª) causas de diminuição e de aumento.
- c) É uma orientação jurisprudencial dos tribunais gaúchos que, sendo favoráveis todas as circunstâncias judiciais, a pena-base deve ser fixada no mínimo legal ou próximo deste.
- d) As circunstâncias agravantes e atenuantes podem, como as majorantes e minorantes, elevar a pena além do máximo ou reduzi-la aquém do mínimo cominados, segundo entendimento dominante.

7.

- a) Pode-se conceituar que co-autores são os que praticam a conduta indicada pelo verbo nuclear do tipo. E partícipes, os que não praticam a conduta nuclear do tipo, mas colaboram com uma ação causalmente relevante para o resultado.
- b) Nos crimes comissivos, a relação de causalidade, ao fazer a existência do crime depender de resultado, somente se aplica aos crimes materiais, porquanto nos formais a causalidade é meramente normativa.
- c) A superveniência de causa relativamente independente, que por si só produz o resultado, não exclui a imputação deste resultado ao agente dos fatos anteriores.
- d) A relevância causal da conduta típica omissiva somente fica caracterizada quando o omitente podia agir e devia agir para evitar o resultado e o faz dolosamente.

8.

- a) O direito de punir do Estado, quando for caso de ação penal pública, é exercido, privativamente, pelo Ministério Público, com exceção, constitucionalmente prevista.
- b) Quando o ofendido, num crime de exclusiva ação privada, concede o perdão, expresso ou tácito, e aceito, a ação penal não pode prosseguir, constituindo causa extintiva da punibilidade.
- c) A lei nova que não mais considera o fato como criminoso age retro-operativamente, extinguindo a punibilidade do agente, afastando o princípio geral *tempus regit actum*.
- d) A prescrição, após o trânsito em julgado da sentença condenatória, em caso de concurso material de crimes, regula-se pela soma das penas cumuladas.

9.

- a) A conduz automóvel em alta velocidade, por via urbana densamente ocupada por pedestres, prevendo que poderá atropelar e matar pessoas. Pensa: “dê no que der, não modero a velocidade, mas nada, por certo, irá me acontecer”. Assim agindo, atropelou e matou um transeunte. Responderá por homicídio doloso.
- b) A deixa, inadvertidamente, revólver municiado ao alcance de filho de oito anos, que o apanha e com ele brinca, ferindo mortalmente o irmão de seis. A responderá pelo evento a que, culposamente, deu causa, na modalidade da negligência.
- c) Em crime culposo, a co-autoria é admitida, mas não a participação.
- d) O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui a antijuridicidade da conduta, embora dolosa.

10.

- a) Se A e B, em comunhão de vontades e esforços, arrombam o telhado de casa alheia, por onde entram, e dela subtraem eletrodomésticos, cometem furto duplamente qualificado.
- b) A e B, condenados por furto duplamente qualificado, terão a pena fixada com dupla majoração, pelas duas qualificadoras reconhecidas, segundo a jurisprudência dominante nos tribunais gaúchos.
- c) Na hipótese da alternativa a), o crime de violação de domicílio resta absorvido pelo crime de furto qualificado, em face do princípio da consunção.
- d) “Expor a vida ou a saúde de outrem a perigo direito e iminente: Pena — detenção, de três meses a um ano, se o fato não constitui crime mais grave.” Este tipo penal contempla, expressamente, o princípio da subsidiariedade.

11. Assinale a assertiva correta:

- a) Implementado o requisito etário (21 anos), presume-se a capacidade de fato, devendo a incapacidade ser provada.
- b) Em matéria de capacidade de fato, a regra é da demonstrabilidade dos pressupostos de consciência e vontade, eis que a condição objetiva só se perfaz com a concorrência dessas faculdades essenciais.

- c) A emancipação constitui um direito, desde que cumprido o requisito etário (18 anos).
- d) A incapacidade de ação suprime a capacidade de gozo, privando o absolutamente incapaz de seus direitos.

12. Assinale a assertiva correta:

- a) A existência da pessoa natural termina com a morte, não sendo admitida a sua presunção pela lei.
- b) O domicílio da pessoa natural se estabelece pelo concurso de um elemento material, a radicação do indivíduo em determinado lugar, e de um elemento psicológico, que se expressa na intenção de se fixar com ânimo estável, permanente e definitivo.
- c) A pluralidade de domicílio é apanágio da pessoa jurídica, em razão da necessidade de estabelecer diretorias, sedes administrativas e filiais, de acordo com o inscrito em seus contratos ou atos constitutivos devidamente registrados.
- d) O domicílio da pessoa natural, além dos requisitos objetivo e subjetivo, somente se perfectibiliza com o elemento sociológico, que se manifesta na concretude da inserção ao meio, de modo lícito e em forma não defesa em lei.

13. Assinale a assertiva correta:

- a) Os elementos comuns à totalidade dos atos jurídicos interessam às pessoas que intervêm no ato, ao objeto, ao consentimento dos interessados, e à forma, enquanto meio de revelação da vontade.
- b) Aos efeitos práticos, o legislador civil julgou equipolentes o erro e a ignorância, eis que conceitual e doutrinariamente equivalentes.
- c) Erro, dolo e coação são vícios estritamente de consentimento, enquanto a simulação e a fraude contra credores são vícios sociais, embora todos induzam à anulabilidade do ato jurídico.
- d) A prescrição atinge diretamente o direito e, por via oblíqua, extingue a ação, enquanto a decadência atinge diretamente a ação, fazendo desaparecer o direito por ela tutelado.

14. Assinale a assertiva correta:

- a) O ato nulo é reparável, suscetível somente de ratificação expressa, mas não tácita, podendo a nulidade ser suprida pelo Juiz, mediante a concordância de todos os interessados.
- b) A anulabilidade há de ser pronunciada mediante provocação da parte, não podendo ser decretada *ex officio*, pois atende interesse privado do prejudicado.
- c) A nulidade da obrigação principal implica a das obrigações acessórias e a destas induz a da obrigação principal.
- d) É anulável o ato jurídico quando for ilícito o seu objeto ou prescrita alguma solenidade que a lei considera essencial para a sua validade.

15. Assinale a assertiva incorreta:

- a) O Código Civil estabelece o princípio da independência da responsabilidade civil relativamente à criminal, porém não se poderá

- questionar mais sobre a existência do fato e de sua autoria, quando estas questões se encontrarem decididas no âmbito criminal.
- b) A responsabilidade civil não pode existir sem a relação de causalidade entre o dano e a ação que o provocou.
 - c) O direito civil admite a responsabilidade indireta de indenizar, quando o indivíduo responderá não pelo fato próprio, mas pelo de outrem ou das coisas ou animais sob sua guarda.
 - d) O dano ocorrido por culpa de terceiro faz persistir a obrigação de indenizar, mas torna insubsistente o direito de regresso sobre o total da reparação.

16. Assinale a assertiva incorreta:

- a) O Código Civil faz a distinção entre bens móveis e imóveis, mas não discrimina os respectivos modos de aquisição.
- b) Nora não tem direito de exigir alimentos do sogro, mas na falta do pai, os filhos podem pleitear alimentos dos avós paternos e maternos, simultaneamente.
- c) O direito civil brasileiro não admite usufruto sucessivo, pois sendo inerente à pessoa do usufrutuário, extingue-se necessariamente com o óbito do nu-proprietário, cuja morte não produz a cessação do direito.
- d) Ninguém pode reproduzir obra que ainda não tenha ingressado no domínio comum, a pretexto de anotá-la ou melhorá-la, sem a autorização do autor ou de seu representante, salvo se as anotações e comentários constituírem obra distinta, suscetível de publicação isolada.

17. Assinale a assertiva incorreta:

- a) O distrato faz-se pela mesma forma que o contrato, mas a quitação vale qualquer que seja a sua forma.
- b) Nos contratos bilaterais, antes de cumprida sua obrigação, nenhum dos contratantes pode exigir o implemento da do outro.
- c) Na venda *ad corpus*, a presunção é de que o comprador examinou as divisas do imóvel, tendo a intenção de adquirir o que dentro delas se continha, não outorgando ao comprador o direito de implemento da área.
- d) Compensam-se dívidas recíprocas, líquidas, vencidas e infungíveis.

18. Assinale a assertiva incorreta:

- a) Testamento é ato unilateral, revogável, *mortis causa*, solene e gratuito.
- b) O direito civil acolhe o testamento conjuntivo, seja simultâneo, recíproco ou correspectivo, porque implica pactos sucessórios compatíveis ao ato de testar.
- c) A transmissão da herança opera-se desde o óbito, sem solução de continuidade, ainda que os herdeiros ignorem o falecimento.
- d) O testamento público pode ser revogado por um testamento cerrado, ou particular, e vice-versa, prevalecendo o ato de resilição, seja qual for a forma do testamento novo.

19. Assinale a alternativa incorreta:

Em matéria relativa ao Estatuto da Criança e do Adolescente:

- a) Aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores.
- b) A colocação em família substituta é medida de proteção destinada a crianças e adolescentes cujos direitos fundamentais forem violados ou ameaçados, fazendo-se mediante guarda, tutela ou adoção.
- c) A pobreza não pode ser invocada como fundamento para a destituição ou suspensão do pátrio poder.
- d) A Morte dos adotantes não restabelece o pátrio poder dos pais naturais, pois a adoção rompe os vínculos naturais de filiação e parentesco, inclusive os impedimentos matrimoniais, razão pela qual, falecendo os adotantes, somente por nova adoção seria possível aos pais naturais recobrar o pátrio poder.

20. Assinale a assertiva incorreta:

- a) Constitui erro quanto à identidade moral do marido o fato deste ser homossexual, desde que vindo a ser conhecido da esposa só após o casamento.
- b) A impotência *generandi* e a *concipiendi* não constituem motivo válido para a anulação do casamento.
- c) A impotência *coeundi* do marido não legitima a anulação do casamento, se tiver natureza psíquica e for relativa, vale dizer, para a consorte e não para outras mulheres.
- d) A nulidade do casamento, absoluta ou relativa, não opera de pleno direito, nem se declara se não pedida e pronunciada judicialmente, pois as nulidades do matrimônio nunca são virtuais, somente expressas e textuais.

21. Assinale a assertiva correta:

- a) Na pronúncia o Juiz deve ser comedido no exame da prova, para não influenciar os jurados.
- b) A ação penal privada subsidiária é cabível quando, por qualquer motivo, a ação penal pública não for intentada no prazo legal.
- c) É do Tribunal de Justiça a competência para o julgamento de Prefeito, por qualquer crime cometido durante o exercício do mandato.
- d) A prisão provisória por qualquer período de tempo superior a 81 dias configura sempre ilegalidade, que impõe a soltura do réu.

22. Assinale a assertiva correta:

- a) É, sem exceção, nulo o acórdão que acolhe, contra o réu, nulidade não argüida em recurso da acusação.
- b) O *habeas corpus* não admite, em hipótese alguma, exame de prova.
- c) Os quesitos da tese de negativa de dolo devem ser submetidos ao Júri antes dos quesitos relativos à excludente da ilicitude, porque implicam na determinação da competência.
- d) O condenado tem direito à revisão criminal, porque ela tem natureza jurídica de segunda apelação.

23. Assinale a assertiva correta:

- a) Com a morte do ofendido extingue-se o direito de queixa.
- b) É de mais de dois terços de cumprimento da pena o lapso temporal para o livramento condicional do condenado por tráfico de drogas.
- c) Se houver desclassificação própria o Júri continua competente para apreciar o crime conexo.
- d) O Assistente do Ministério Público tem legitimidade para interpor qualquer espécie de recurso.

24. Assinale a assertiva correta:

- a) Primariedade e bons antecedentes são óbices intransponíveis à decretação da prisão preventiva.
- b) A nulidade é absoluta se o denunciado por infração à lei de tóxicos não for indagado no interrogatório sobre a dependência.
- c) Manifestamente contrária à prova dos autos é a decisão do Júri que optar por versão probatória que o Tribunal, no julgamento da apelação, considerar inidônea.
- d) A provisão judicial de primeira instância só se exaure, no recurso em sentido estrito, com a expressa manifestação do Magistrado, mantendo ou não a decisão recorrida.

25. Assinale a assertiva correta:

- a) Da decisão do júri não é cabível revisão criminal, o que decorre do princípio da soberania dos veredictos.
- b) Independentemente do regime carcerário, todo o condenado que trabalhar fará jus à remição.
- c) A citação por edital pressupõe o esgotamento dos meios disponíveis e constantes dos autos para a localização do réu.
- d) Quando houver voto vencido, caberão sempre embargos infringentes e de nulidade.

26. Assinale a assertiva correta:

- a) Compete ao Juiz da sentença que condenou o réu, a realização da audiência admonitória.
- b) Atualidade e iminência da agressão devem ser quesitadas separadamente, porque essa é a forma que mais favorece o réu.
- c) A classificação do crime é requisito da denúncia ou queixa, cuja ausência configura nulidade relativa.
- d) Não havendo peritos oficiais, o exame será realizado por duas pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior, escolhidas, de preferência, entre as que tiverem habilitação técnica relacionada à natureza do exame.

27. Assinale a assertiva correta:

- a) A falta do pedido de condenação nas alegações finais é causa de preempção da ação penal.
- b) O réu pode recorrer, pessoalmente, se for advogado e estiver inscrito na OAB.

- c) O Assistente do Ministério Público tem legitimidade para postular desaforamento.
- d) O inquérito policial é imprescindível para oferecimento da denúncia.

28. Assinale a assertiva correta:

- a) Ninguém pode ser preso a não ser por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente.
- b) As provas periciais não detêm maior valor probante que as provas testemunhais.
- c) Não há qualquer dispositivo legal, no Brasil, conferindo ao Ministério Público atribuição para intentar *habeas corpus*.
- d) A competência será determinada pela conexão quando duas ou mais pessoas forem acusadas pela mesma infração.

29. Assinale a assertiva correta:

- a) A *mutatio libelli* impede que o Juiz dê ao fato descrito na denúncia outra classificação penal, enquanto não for oferecido aditamento.
- b) É admissível, excepcionalmente, a prova obtida por meio de interceptação telefônica.
- c) A representação é retratável a qualquer tempo.
- d) A falta de nomeação de curador ao indiciado menor acarreta a nulidade do processo criminal.

30. Assinale a assertiva correta:

- a) O ajuizamento da denúncia ou queixa no foro do domicílio ou residência do réu somente é cabível quando não for conhecido o lugar da infração.
- b) Da decisão que julgou procedente as exceções caberá recurso em sentido estrito, salvo a de suspeição.
- c) A falta de abertura de prazo para a defesa preliminar, quando o crime é praticado por funcionário público, configura nulidade absoluta.
- d) O reconhecimento por fotografia não é admitido como fonte de prova, porque não está expressamente previsto no sistema processual penal brasileiro.

31. Assinale a alternativa correta: No sistema do Código de Processo Civil, a ausência de intervenção de litisconsorte não citado para a causa, acarreta a ineficácia da sentença, quando:

- a) o litisconsórcio for, além de necessário, unitário.
- b) o litisconsórcio for necessário, seja simples ou unitário.
- c) for o litisconsórcio, além de unitário, fundado em conexão de causas.
- d) for o litisconsórcio decorrente de afinidade por um ponto comum de direito.

32. Tendo em vista o disposto no Código de Processo Civil, quanto aos limites objetivos da coisa julgada, assinale a alternativa correta, dentre as indicadas, para o seguinte problema: A sentença julgara procedente a ação de despejo, por infração contratual, por considerar

que o inquilino violara o contrato, danificando gravemente o prédio locado. Transitada em julgado a sentença, o locador propõe contra o inquilino ação para cobrar-lhe indenização pelos danos reconhecidos pela sentença.

- a) O juiz da ação de indenização poderá negar a existência dos danos que o primeiro magistrado afirmara existirem e julgar improcedente a ação.
- b) A ação deverá ser julgada procedente, pois o juiz da ação de indenização não poderá contrariar a coisa julgada formada pela primeira sentença.
- c) A ação deverá ser julgada improcedente, se o réu alegar a existência de coisa julgada.
- d) O juiz da ação de indenização não poderá reapreciar a existência ou não dos danos, em virtude da coisa julgada, mas poderá julgar ação improcedente.

33. Tendo em vista o disposto no Código de Processo Civil, quanto a limites objetivos da coisa julgada, solucione o seguinte problema, assinalando a alternativa correta:

A sentença declarou inconstitucional o tributo. Transitada em julgado a sentença, promove o contribuinte ação para reaver o que pagara em virtude do tributo declarado inconstitucional.

- a) O juiz pode considerar constitucional o tributo e julgar improcedente a ação.
- b) O juiz não pode reapreciar a questão da constitucionalidade do tributo, em virtude da coisa julgada formada pela primeira sentença.
- c) O juiz poderá reconhecer a existência de coisa julgada que o impeça de reapreciar a constitucionalidade do tributo, somente se esta questão prejudicial for suscitada na contestação.
- d) O juiz não pode reapreciar a questão da constitucionalidade do tributo, em virtude de preclusão que impede que o juiz decida uma questão já decidida no mesmo processo.

34. Os Tribunais vêm acolhendo o entendimento de que, no regime do Código de Processo Civil, somente são insanáveis:

- a) as nulidades absolutas, quando a nulidade venha cominada em lei.
- b) todas as nulidades absolutas.
- c) todas as nulidades absolutas, se a parte prejudicada as alegar a qualquer tempo.
- d) as nulidades cominadas quando a parte prejudicada as alegar na primeira oportunidade em que falar nos autos.

35. Assinale a alternativa correta:

- a) As decisões recorridas através de agravo de instrumento podem ser alteradas pelo juiz que as tenha pronunciado.
- b) As apelações, em nosso sistema processual, serão sempre recebidas nos efeitos devolutivo e suspensivo.

- c) Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar em recurso extraordinário as decisões de única ou última instância proferidas pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, quando a decisão recorrida contrariar a Constituição Federal.
- d) Cabem embargos infringentes, no Superior Tribunal de Justiça, contra os acórdãos não unânimes proferidos por suas respectivas Turmas.

36. Em ação de procedimento ordinário, versando sobre direito disponível, o réu regularmente citado, não oferece contestação, tornando-se revel. Qual a conduta a ser adotada pelo juiz, dentre as indicadas a seguir:

- a) julgar desde logo procedente a ação.
- b) considerar verdadeiros os fatos afirmados pelo autor, podendo julgar improcedente a ação.
- c) considerar verdadeiros os fatos afirmados pelo autor, devendo julgar a ação procedente.
- d) determinar a produção de prova requerida pelo autor.

37. Dispõe o art. 807 do CPC: “As medidas cautelares conservam a sua eficácia no prazo do artigo antecedente e na pendência do processo principal; mas podem, a qualquer tempo, ser revogadas ou modificadas”.

Sendo assim, assinale a alternativa correta:

- a) A medida cautelar pode ser revogada, mesmo existindo sentença final no processo cautelar, se o processo principal não estiver encerrado.
- b) A medida cautelar não pode mais ser modificada ou revogada, em virtude da existência de coisa julgada decorrente da sentença que apreciou a ação cautelar.
- c) A medida cautelar somente poderá ser revogada ou modificada através de ação rescisória, depois de passar em julgado a sentença que a apreciou.
- d) A medida cautelar poderá ser modificada ou revogada somente através de ação de anulação da sentença proferida na ação cautelar.

38. Assinale a alternativa correta para o seguinte problema:

A Lei 8.069, de 13.7.90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), dispõe em seu art. 163: “A sentença que decretar a perda ou a suspensão do pátrio poder será averbada à margem do registro de nascimento da criança ou adolescente”.

- a) Esta sentença não produzirá coisa julgada material, porque o processo é de jurisdição voluntária.
- b) A sentença produzirá coisa julgada material uma vez que a ação tem caráter contencioso.
- c) A sentença não produz coisa julgada quer material, quer formal, porque poderá o pátrio poder ser restabelecido no futuro.
- d) A sentença somente produz preclusão, sendo modificável por ação rescisória.

39. Segundo a jurisprudência predominante nos tribunais brasileiros, legitimado ativo para embargar a execução por quantia certa, quando a ação de execução for proposta simultaneamente contra o devedor principal e seu avalista, será:

- a) o devedor principal que tenha seus bens penhorados.
- b) o devedor principal e o avalista, se a penhora recair sobre bens do primeiro, por serem ambos litisconsortes passivos na execução.
- c) o devedor principal, mesmo que a penhora recaia sobre bens do avalista.
- d) o avalista, mesmo que a penhora recaia sobre bens do devedor principal.

40. Assinale a alternativa correta para a seguinte questão:

Para instruir a ação civil pública, poderá ser instaurado "inquérito civil":

- a) pelo Ministério Público, independentemente de provocação dos interessados.
- b) pelo Juiz, mediante requisição do Ministério Público.
- c) pela autoridade policial, mediante requisição do Juiz.
- d) pelo Ministério Público, somente mediante solicitação dos interessados.

41. Assinale a assertiva correta:

- a) O recurso de apelação interposto pelo expropriado, no processo de desapropriação, contra a sentença que fixa o preço da indenização, tem efeito suspensivo e devolutivo.
- b) É lícito, a qualquer momento, o expropriante desistir, mesmo após a incorporação do bem ao seu patrimônio, em razão da cessação da utilidade pública ou do interesse social, da desapropriação.
- c) Não são cumuláveis, na sentença que fixa o preço da indenização, em razão da natureza peculiar do processo de desapropriação, onde há prevalência do interesse público, juros compensatórios e moratórios.
- d) A declaração expropriatória feita mediante decreto do Executivo autoriza, independentemente do depósito provisório, a autoridade expropriante a penetrar nos prédios.

42. Assinale a assertiva incorreta:

- a) A revogação é a declaração de inviabilidade de um ato administrativo ilegítimo ou ilegal, feita pela própria Administração ou pelo Poder Judiciário.
- b) O desvio de finalidade, verdadeira violação ideológica da lei, afigura-se como vício nulificador do ato administrativo lesivo ao patrimônio público.
- c) Configura-se como ato administrativo discricionário a escolha, por parte do Reitor, após a apreciação de lista tríplice votada pela Congregação, de Diretor das unidades universitárias federais.
- d) Conceitua-se atos de gestão como aqueles que a Administração pratica sem usar de sua supremacia sobre os destinatários.

43. Assinale a assertiva correta:

- a) São incluídas, por exclusão, entre os bens de uso especial dos Estados-membros, todas as terras devolutas não compreendidas entre as da União.
- b) A partilha entre as terras devolutas estaduais e municipais será feita pela União, mediante lei, que estabelecerá o critério para divisão.
- c) As sociedades de economia mista, em razão da participação majoritária do capital público na sua constituição, não estão sujeitas, no que diz respeito aos seus bens, à penhora.
- d) Considera-se a natureza jurídica da faixa de fronteira como bem de uso especial da União.

44. Assinale a assertiva correta:

- a) A readmissão é a recondução do servidor ao mesmo cargo que fora demitido, com o pagamento integral dos vencimentos e vantagens do tempo em que esteve afastado, uma vez reconhecida a ilegalidade da demissão em decisão judicial.
- b) O provimento de cargos do Executivo é da competência exclusiva do Chefe deste Poder, uma vez que a investidura é ato tipicamente administrativo.
- c) Quadro é o agrupamento de classes da mesma profissão ou atividade, escalonadas segundo a hierarquia do serviço, para acesso privativo dos titulares dos cargos que a integram.
- d) A reversão é o retorno do funcionário ao serviço, quando anulada administrativamente a sua desinvestidura.

45. Assinale a assertiva correta:

- a) O tombamento caracteriza-se como servidão pública.
- b) As coisas tombadas permanecem na posse de seus anteriores proprietários, que, no entanto, perdem o domínio sobre o bem tombado.
- c) O tombamento, como limitação administrativa, acarreta, sempre, uma indenização a ser paga ao proprietário do bem tombado.
- d) O tombamento se realiza através de um procedimento administrativo vinculado, respeitando, necessariamente, o devido processo legal.

46. Assinale a assertiva incorreta:

- a) As empresas públicas, assim como as autarquias e as sociedades de economia mista, são criadas por lei.
- b) Quanto aos motivos e ao objeto, os atos administrativos discricionários e vinculados se equiparam.
- c) O que caracteriza o contrato administrativo é a participação da Administração, derrogando normas de direito privado e agindo *publicas utilitatis causa*, sob a égide do direito público.
- d) Tratando-se de forma originária de aquisição da propriedade, pois não porém de nenhum título anterior, o bem expropriado torna-se insuscetível de reivindicação.

47. Assinale a alternativa incorreta:

- a) O ato administrativo composto distingue-se do ato administrativo complexo, porque o primeiro é formado pela vontade única de um órgão, sendo apenas ratificado por outra autoridade, ao passo que o segundo se forma com a conjugação de vontades de diversos órgãos.
- b) O ato administrativo simples é o que resulta da manifestação de vontade de um único órgão, unipessoal ou colegiado, independente do número de pessoas que participam da sua formação.
- c) O poder disciplinar é uma faculdade punitiva interna da Administração e abrange as infrações relacionadas com o serviço.
- d) A competência do Poder Judiciário para a revisão de atos administrativos restringe-se ao controle da legalidade do ato impugnado.

48. Assinale a assertiva correta:

- a) O direito de ir, vir e permanecer (= locomoção) consubstancia norma constitucional de eficácia contida ou restringível.
- b) Ao cidadão brasileiro não se dará extradição.
- c) A objeção de consciência, até mesmo a recusa de prestação alternativa, poderá ser invocada, sempre, sem que disso decorra para o escusante possibilidade de sanção.
- d) O julgamento de crimes hediondos não levará em consideração o princípio da individualização da pena.

49. Assinale a assertiva correta:

- a) Os direitos políticos e sociais estão ao abrigo das cláusulas pétreas.
- b) Emenda constitucional rejeitada, o seu conteúdo poderá ser renovado na sessão subsequente.
- c) Emenda à Constituição Federal poderá ser proposta, sem quaisquer limites circunstanciais, por mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação.
- d) Ao Presidente da República não compete sancionar emenda constitucional aprovada pelas duas Casas do Congresso Nacional.

50. Assinale a alternativa correta:

- O Procurador-Geral do Estado, na condição de chefe do Ministério Público estadual, era escolhido pelo titular do Poder Executivo dentre os membros do Superior Tribunal, na Constituição Rio-Grandense de
- a) 1935.
 - b) 1947.
 - c) 1891.
 - d) 1843.

51. Assinale a alternativa correta:

A sanção e promulgação de leis se distinguem, porque

- a) a primeira é sempre ato do Presidente da República; a segunda, nunca.
- b) a primeira é constitutiva da lei; a segunda, meramente declaratória.
- c) a primeira pode ser expressa; a segunda, tácita.
- d) a primeira pode ser substituída pelo veto total; a segunda, pelo veto superável.

52. Assinale a alternativa correta:

A competência tributária privativa da União, constitucionalmente prevista, é

- a) reservada e plural.
- b) concorrente e adstrita a normas gerais.
- c) remanescente e absoluta.
- d) expressa e residual.

53. Assinale a assertiva correta:

- a) A falta de norma regulamentadora, que torne inviável o exercício de direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania, será suprida por ação civil pública, intentada pelo Ministério Público.
- b) São admissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos, quando por outro modo não for possível obtê-las.
- c) Os direitos e garantias expressos na Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que seja parte o Brasil.
- d) As presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos menores durante o período de recreio.

54. Assinale a alternativa correta:

Compete à Assembléia Legislativa, em caráter exclusivo:

- a) autorizar a instauração de processo, processar e julgar o Governador do Estado nos crimes comuns.
- b) processar e julgar o Governador do Estado, depois de autorizada a instauração do processo, por dois terços dos seus membros, nos crimes de responsabilidade.
- c) autorizar o Vice-Governador a afastar-se do Estado por mais de trinta dias, ou do País por qualquer tempo.
- d) processar e julgar, nos crimes de responsabilidade, o Comandante da Brigada Militar.

55. Assinale a alternativa correta:

A Constituição Federal e a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público estabelecem como princípios institucionais do Ministério Público:

- a) vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de vencimentos.
- b) unidade, indivisibilidade, inamovibilidade, irredutibilidade de vencimentos.
- c) vitaliciedade, inamovibilidade, independência funcional.
- d) unidade, indivisibilidade e independência funcional.

56. Assinale a alternativa correta:

A Administração Superior do Ministério Público é composta dos seguintes órgãos:

- a) Procuradoria-Geral de Justiça, Colégio de Procuradores de Justiça, Conselho Superior do Ministério Público e Centros de Apoio Operacional.
- b) Procuradoria-Geral de Justiça, Colégio de Procuradores de Justiça, Conselho Superior do Ministério Público e Procuradorias de Justiça.

- c) Procuradoria-Geral de Justiça, Conselho Superior do Ministério Público e Corregedoria-Geral do Ministério Público e Promotorias de Justiça.
- d) Procuradoria-Geral de Justiça, Colégio de Procuradores de Justiça, Conselho Superior do Ministério Público e Corregedoria-Geral do Ministério Público.

57. Assinale a alternativa correta:

São membros natos do Conselho Superior do Ministério Público:

- a) Os doze Procuradores de Justiça mais antigos no cargo.
- b) Os três Promotores de Justiça de entrância final mais antigos no cargo.
- c) O Procurador-Geral de Justiça e o Corregedor-Geral do Ministério Público.
- d) O Procurador-Geral de Justiça, o Corregedor-Geral do Ministério Público e os três Procuradores de Justiça mais antigos no cargo.

58. Assinale a alternativa correta:

Na eleição para Procurador-Geral de Justiça podem exercer o direito de votar:

- a) Todos os integrantes vitalícios da carreira do Ministério Público.
- b) Todos os integrantes da carreira do Ministério Público.
- c) Apenas os membros do Ministério Público integrantes do Colégio de Procuradores de Justiça.
- d) Apenas os membros do Ministério Público integrantes do Conselho Superior do Ministério Público.

59. Assinale a assertiva incorreta:

- a) O Procurador-Geral de Justiça será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo e sua destituição, por iniciativa do Colégio de Procuradores de Justiça deverá ser precedida de autorização da Assembléia Legislativa.
- b) O Corregedor-Geral do Ministério Público será eleito pelo Conselho Superior do Ministério Público, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.
- c) É atribuição exclusiva do Corregedor-Geral do Ministério Público propor ao Conselho Superior do Ministério Público, na forma da Lei Orgânica, o não-vitalicamento de membro do Ministério Público.
- d) Compete ao Colégio de Procuradores de Justiça destituir o Corregedor-Geral do Ministério Público nas hipóteses previstas em lei.

60. Assinale a alternativa incorreta:

É vedado aos membros do Ministério Público:

- a) Exercer a advocacia.
- b) Exercer atividade político-partidária, inclusive a filiação partidária.
- c) Receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais.
- d) Exercer o comércio ou participar de atividade comercial, exceto como acionista ou cotista.

G A B A R I T O

PORTUGUÊS

- 1 — C
- 2 — B
- 3 — A
- 4 — B
- 5 — A
- 6 — B
- 7 — C
- 8 — D
- 9 — A
- 10 — D
- 11 — C
- 12 — C
- 13 — D
- 14 — A
- 15 — B
- 16 — A
- 17 — D
- 18 — C
- 19 — B
- 20 — A
- 21 — A
- 22 — B
- 23 — C
- 24 — B
- 25 — C
- 26 — D
- 27 — C
- 28 — D
- 29 — A
- 30 — C
- 31 — B
- 32 — A
- 33 — D
- 34 — A
- 35 — D
- 36 — C
- 37 — B
- 38 — C
- 39 — D
- 40 — A

CONHECIMENTOS JURÍDICOS

- 1 — C
- 2 — B
- 3 — B
- 4 — D
- 5 — A
- 6 — D
- 7 — C
- 8 — D
- 9 — D
- 10 — B
- 11 — A
- 12 — B
- 13 — C
- 14 — B
- 15 — D
- 16 — A
- 17 — D
- 18 — B
- 19 — D
- 20 — C
- 21 — A
- 22 — C
- 23 — B
- 24 — D
- 25 — C
- 26 — D
- 27 — A
- 28 — B
- 29 — B
- 30 — B
- 31 — B
- 32 — A
- 33 — B
- 34 — A
- 35 — A
- 36 — B
- 37 — A
- 38 — B
- 39 — B
- 40 — A
- 41 — D
- 42 — A
- 43 — D
- 44 — B
- 45 — D
- 46 — B
- 47 — C
- 48 — A
- 49 — D
- 50 — C
- 51 — B
- 52 — D
- 53 — C
- 54 — B
- 55 — D
- 56 — D
- 57 — C
- 58 — B
- 59 — B
- 60 — B